

## O AGRESSOR E O DESMENTIDO: O OUTRO LADO DA TEORIA DO TRAUMA<sup>1</sup>

*Marcos de Moura Oliveira*<sup>2</sup>

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a6>

**RESUMO:** Este trabalho versa sobre a inquietação frente ao advento da teoria do desmentido apoiada na obra de Sándor Ferenczi. Percebe-se que, embora a dualidade agressor-desmentido seja constantemente apontada como causa das problemáticas estudadas pelas lentes ferenczianas, os atos de agredir e desmentir são apoiados por recursos psíquicos constitutivos. Deste modo, apresentamos uma construção acerca destes dois elementos, não apenas como a causa da traumatogênese, mas como parte do psiquismo, frente a uma consideração crítica que denuncia tanto pactos sociais que seletivamente autorizam alguns tipos de agressões, quanto do próprio comportamento cotidiano de agredir e desmentir. Por último, propõe-se uma ampliação ético-política da compreensão do termo desmentido.

**PALAVRAS-CHAVE:** agressão, silenciamento, psicanálise, trauma, perversão.

O resgate da teoria da traumatogênese, proposta e trabalhada por Sándor Ferenczi entre os anos de 1928 e 1933, tem-se tornado cada vez mais significativo para as reflexões acerca da psicanálise de nosso tempo atual. A noção de desmentido, a negação perversa feita pelo

<sup>1</sup> Artigo submetido em fevereiro de 2024 e aceite para publicação em julho de 2024.

<sup>2</sup> Psicólogo pela Universidade Paulista (UNIP, 2017), Mestre em Psicossomática pela Universidade Ibirapuera (UNIB, 2022) e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor no curso de Psicologia na Faculdade Vanguarda de São José dos Campos e na pós-graduação Lato Sensu em Psicanálise, Teoria e Técnica na Universidade do Vale do Paraíba. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF). *E-mail:* marcos.psicologo91@yahoo.com

adulto à criança, dizendo que a experiência traumática sofrida não aconteceu (Ferenczi, 1931/2011d), é o coração desta compreensão.

A partir disto, vários desdobramentos acerca do desmentido vêm sendo trabalhados nos contextos clínicos e sociais. Percebemos até mesmo o uso do desmentido na prática clínica, que se traduz pela iatrogenia da análise (Kupermann, 2019). Ainda no campo clínico, destaca-se a necessidade de trabalhar com a validação das múltiplas experiências desmentidas que nossos pacientes carregam ao longo de suas vidas, por meio de uma técnica voltada à empatia, ao «sentir com» (Ferenczi, 1928/2011), em um combate ao desmentido. Por fim, se ampliarmos o olhar, o desmentido como elemento presente na organização da cultura, como um desmentido social (Gondar, 2012), ou, mais recentemente, na forma de negacionismo (Kupermann, 2020).

A fala original do psicanalista húngaro, que funda toda esta linha de pensamento, pode ser circunscrita pelo conhecido trecho, a seguir apresentado:

«O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado ou repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico» (Ferenczi, 1931/2011d, p. 91).

A partir disto, como mencionado, múltiplas compreensões sobre as diversas situações de sofrimentos desencadeados por agressões podem ser gestadas, desde a própria criança que cresce em situação de violência e vulnerabilidades à cultura de culpabilização da vítima de estupro pela justificativa do uso de suas roupas ou qualquer suposto comportamento provocativo.

Por outro lado, se é tão fácil teorizarmos sobre os efeitos negativos deste desmentido, e posicionar-nos ética e politicamente a favor de uma comunicação empática, por que estas formas de agressão continuam tão presentes na sociedade atual? Que move um agressor, seja ele o pivô do traumatismo ou o silenciador da experiência, uma vez que ambos são agentes presentes no desmentido? Que caracteriza esses sujeitos?

Embora a dramaturgia e a literatura impressionem o senso comum com suas histórias de «psicopatas» como os portadores de todo o mal, o olhar atento percebe que o impulso agressivo está muito mais difundido em meio a sujeitos comuns da sociedade do que se gostaria de admitir. Mesmo décadas atrás, Ferenczi já declarava que:

«Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para as suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças» (1933/2011e, p. 116).

A fala do autor pode, em um primeiro momento, incomodar. Se distanciarmos um pouco das situações de agressão de grande impacto, é possível perceber por experiência própria que tanto as agressões quanto os silenciamentos, em alguma medida, fazem parte da constituição humana. Seja por um dia mais cansativo no qual é mais difícil manter a atitude compreensiva com os filhos, seja por esgotamento de paciência para acolher a ansiedade do outro, ou por tantos outros motivos possíveis, nota-se que, em essência, agredir e silenciar fazem parte do arcabouço psíquico geral.

Por outro lado, Ferenczi dá uma pista interessante sobre a distância que a interpretação leiga põe entre o psicopata de filme e o sujeito comum. Na última citação apresentada, o autor fala da natureza das agressões cometidas a crianças por pessoas de laços próximos, o que desencadeia o raciocínio que apresentei no parágrafo anterior, que, embora saibamos que pode ser prejudicial ao outro, é recebido com certa naturalidade. O efeito muda, por exemplo, se a agressão vier de um estranho, de alguém alheio, e, em geral, as pessoas unem-se no sentimento de horror à agressão.

A partir disto, pode pensar-se na desautorização dos professores em educar e demarcar limites para seus alunos. Com o movimento de precarização do ensino, não apenas em recursos materiais e financeiros, mas também da imagem do professor, ele perde, ao longo das últimas

décadas, o lugar de privilégio no vínculo com as famílias, tornando-se em um estranho, alguém que não possui o «direito de agredir».

Por outro lado, a cultura do estupro, que justifica o comportamento dos agressores, trabalha, a partir da culpabilização da vítima, uma ideia de suposta intimidade entre o par vítima-agressor, que justificaria ao segundo o «direito de agredir». Quando se fala das roupas curtas, do suposto comportamento provocativo, ou mesmo do histórico de relacionamentos de uma mulher, o discurso, a partir de um tipo particular de desmentido sobre o direito de existência da mulher, vende a ideia de uma intimidade por ela cedida a seu agressor.

Tudo isto coloca as relações humanas em um campo bem complicado. A ideia de intimidade relacional ligada ao «direito de agredir» tanto funda uma nova forma de desmentido, que suaviza as agressões cometidas por «agressores autorizados», quanto une o social em horror aos agressores não autorizados, o que causa a ilusão de que a sociedade abomina a agressão, uma vez que os «agressores autorizados» não são, de fato, tomados como agressores.

Deste modo, um estudo mais atento acerca dos fatores constitutivos dos elementos de agressão e silenciamento, que juntos caracterizam um trauma pela via do desmentido, se faz necessário para a formulação de possíveis furos à lógica social de uma suposta agressão por direito concedido pela via da intimidade.

## O IMPULSO DE AGRESSÃO

O ponto de partida para podermos analisar as características de agressor, que subsistem mesmo em sujeitos comuns, vem da natureza agressiva da pulsão. A pulsão, como bem se sabe, é a força motriz que flui na fronteira entre o psiquismo e o corpo (Freud, 1915/2006e). Entretanto, a natureza da pulsão é algo mais amplo, tendo sido reorganizada por diversos pontos de vista ao longo da história da psicanálise.

Inicialmente, Freud (1905/2006b) deu destaque às pulsões sexuais. Segundo Roudinesco & Plon (1998), «esboça uma distinção entre as pulsões sexuais e as outras, ligadas à satisfação de necessidades primárias» (p. 629). Até aqui, a questão da agressividade é tomada pelo caminho das pulsões de autopreservação, par das pulsões sexuais, formalizado por Freud em «A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão» (1910/2006c).

Após 1920, com a virada da segunda tópica freudiana, um novo dualismo pulsional é teorizado, a partir das pulsões de vida e morte. Nas pulsões de vida, como bem se sabe, concentram-se os processos sexuais e de autopreservação, enquanto a pulsão de morte comporta os processos de retorno ao estado inorgânico. Entretanto, a questão da agressividade adentra um campo nebuloso quanto a esta questão, afinal ela pode pertencer tanto ao campo do prazer sexual, da autopreservação e da destruição.

Esta questão não representa um problema teórico em si, uma vez que se compreende o par de pulsões funcionando em conjunto, mas alerta para a concomitância das três motivações que levam à execução de um ato agressivo.

Em «O mal-estar na civilização», Freud (1930/2006g) determina que o elemento para a convivência em sociedade é o recalçamento dos desejos, sobretudo dos desejos agressivos, que poderiam culminar na destruição da espécie. Entretanto, a bem saber, o recalque não acarreta a extinção do desejo, mas, sim, via de regra, a reformulação da pulsão associada a uma nova via, e a esta reformulação pertence a classe dos sintomas.

Quando pensamos na agressão praticada no campo da traumatógênese, o desejo de destruição coexistente com a satisfação sexual é facilmente identificável. Adentra-se o campo do sadismo, uma das perversões na teoria freudiana. Para Freud (1905/2006a), a psiconeurose, este estado de barragem do desejo, é o negativo da perversão, ou seja, a manifestação perversa, como o sadismo, é a face mais pura que se pode vislumbrar do movimento pulsional de um ser humano.

Combater o sadismo explícito é algo um tanto mais frequente na sociedade, dado que, conforme a teoria do mal-estar na civilização, há um pacto de não-agressão entre os sujeitos de um mesmo grupo social, de modo que aqueles que escapam ao filtro do aceitável ao olhar do recalque social são facilmente identificados e retaliados.

Por outro lado, se o sintoma é uma reformulação do mesmo impulso, a mudança de discurso que autoriza certos tipos de agressões se caracteriza como um sintoma social, um pacto comum para autorizar a vazão do desejo agressivo. Qual é, entretanto, a medida do aceitável em termos da caracterização de um agressor perante o sujeito comum?

Continuemos com Freud:

«A relação de desprazer parece ser a única decisiva. O ego odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas. Realmente, pode-se asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se» (1915/2006e, pp. 159–160).

Leonardo Câmara (2021) destaca que o desafio da clínica psicanalítica atual não mais consiste em interpretar o conteúdo dos sintomas causadores de sofrimento, mas, sim, a forma como eles se apresentam. Nesta direção, a fala de Freud é decisiva para compreendermos o mecanismo da aceitação de determinados tipos de agressão. É o ego, como instância psíquica, que determina a medida entre o aceitável e o que deve ser destruído. E aqui não falamos da destruição como face da agressão praticada, mas daquilo que deve ser combatido, extirpado da sociedade. E a medida para esta extirpação é a estranheza.

Em momento posterior, Freud conceitua a condição de estranhamento, como se segue:

«[S]e é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho (*Unheimlichen*), pode-se compreender por que o uso linguístico entendeu “o familiar” (*das Heimliche*) para o seu oposto, “o estranho” (*das Unheimliche*), pois este estranho (*Fremdes*) não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar (*Heimliche*) e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou (*entfremdet*) desta através do processo de repressão» (1919/2006f, p. 258).

Assim, compreendemos que a forma de agressão, como sintoma social a ser tolerado ou não, depende da familiaridade do espectador. Uma agressão que se manifesta em forma de algo que deveria estar recalcado será denunciada como algo hediondo, digno de retaliação, entretanto a intimidade, seja por uma via familiar ou por pactos sociais

de culpabilização da vítima, gera uma permissividade que culmina no entendimento de uma agressão por direito.

Nestes termos, compreendemos a dinâmica das pequenas e grandes agressões, em face a uma lente social precária, tanto pela legitimação de certos modos de agressão, quanto pela parcialidade, visto que diferentes grupos sociais têm diferentes medidas de estranheza. A exemplo deste último ponto, pode pensar-se, novamente, em a legitimação de certos casos de estupro. Tal legitimação não ocorre por unanimidade, há esforços crescentes na sociedade para o combate a esta visão de mundo, o que acarreta divisões e embates entre segmentos da sociedade. Se, por um lado, tal movimento é importantíssimo para a disseminação de uma psicoeducação acerca das agressões que passam despercebidas, por outro coloca em risco seus representantes, visto que eles também se tornam «estranhos» aos olhos daqueles que buscam legitimar e relativizar os modos de agressão.

#### O IMPULSO DE DESMENTIR

Junto ao agressor, o silenciador da experiência, aquele que aplica o desmentido, fecha a relação triangular do trauma segundo os moldes de Ferenczi. A figura do desmentido, via de regra, passa despercebida com maior facilidade. Identificar a agressão, que é um evento observável, é mais simples do que identificar um desmentido, que pode se manifestar meramente pela ausência, omissão e silêncio.

Ferenczi declara que «Tem-se mesmo a impressão que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura, e o que é mais raro, uma total sinceridade» (1931/2011d, p. 91). A partir desta passagem, a compreensão é de que o psiquismo humano é capaz de sobreviver às diversas agressões a que possa ser exposto, sem consequências traumáticas, desde que receba o acolhimento devido.

A teorização exposta no parágrafo acima funda uma das maiores contribuições clínicas de Ferenczi para a clínica psicanalítica, postulando um manejo baseado no cuidado, no acolhimento, na validação dos traumas sofridos e na empatia.

Por outro lado, que leva alguém a desmentir a experiência do outro?

Embora Ferenczi tenha partido de uma consideração das agressões praticadas por pessoas próximas, com laços de convivência, a partir

da teorização do tópico anterior compreendemos que qualquer sujeito que se entregue à pulsão agressiva por prazer e/ou destruição, e que não se encontre entre as permissões sociais e suas barreiras internas, pode se tornar um agressor. Na questão do desmentido, há uma complexificação da questão, visto que a passagem ao ato — ou à ausência — não depende exclusivamente do sujeito que a opera.

Se o desmentido é acerca da experiência de alguém, no caso do trauma da pessoa agredida é necessário, primeiramente, que haja a experiência e a tentativa de testemunho da mesma, para que se tenha algo a desmentir. Não à toa, Ferenczi refere-se à «mãe», dado que, baseado no molde de família tradicional, esta é a primeira pessoa buscada por uma criança em situação de ameaça.

Então, parte-se disto: se o agressor opera a partir de um movimento pulsional próprio, relacionado com as possíveis barreiras intrapsíquicas e sociais, o silenciador, por outro lado, é o que recebe este investimento de fora, ou seja, ele reage ao que se lhe chega. Uma ação seguida de uma opção caracterizam a equação ferencziana da traumatogênese.

A primeira face da tendência de desmentir é a reação a algo. No caso do trauma, ao horror e à dor sofridos por outrem. Aqui, é possível pensar, por exemplo, no impulso de virar o rosto que algumas pessoas têm frente a uma cena sangrenta, ou mesmo no «não chora» que surge automaticamente na fala de outros quando veem alguém amado aos prantos.

A perversão em psicanálise, conforme exposto anteriormente, é a expressão do desejo evadido do recalque que caracteriza a psicose. Deste modo, o desmentido como uma «negação perversa» é a expressão da segunda das funções do princípio do prazer (Freud, 1911/2006d): evitar o desprazer, que faz par com a busca pelo mesmo.

Quando pensamos em um agressor que acumula também o papel de desmentir a agressão de sua vítima, como nos casos de abuso de uma criança por um familiar, é um tanto mais simples teorizar o desprazer a ser evitado pelo desmentido, que tem que ver com as próprias consequências de retaliação a que se pode sofrer. Ferenczi declara que «Quase sempre o agressor comporta-se como se nada tivesse acontecido e consola-se com a ideia: “Oh, é apenas uma criança,

ainda não sabe nada dessas coisas e acabará esquecendo tudo isso”» (1933/2011e, p. 91).

A complexificação da compreensão deste desmentido se dá quando pensamos em um outro que não é este agressor, seja uma outra pessoa, ou um discurso social. Uma vez que não se é o responsável pela agressão infligida, qual a necessidade de se esquivar de um desprazer?

Retomando a ideia exposta anteriormente, o pacto social regula certos limites de agressões a ser permitidas, por meio da compreensão de uma intimidade suposta entre vítima e agressor, o que dá a este último o «direito de agredir». Esta formulação expõe as bases do desmentido como uma ideia social. Qualquer posicionamento diferente exigiria uma reação, um combate àquilo que não é aceitável pelos limites do que o ego não suportaria em consequência à estranheza.

Deste modo, a primeira pista para entendermos profundamente o mecanismo do desmentido seria a defesa contra um incômodo que demandaria uma ação, o que dialoga muito bem com a questão da omissão. Recusa-se a responsabilidade para com o sofrimento do outro, que nada tem que ver comigo, a lógica de que «é melhor não se envolver».

Embora esta compreensão justifique-se perfeitamente pelo caminho da economia das pulsões, outro elemento deve ser considerado, não em contrariedade, mas em acréscimo. A tendência de destruir aquilo que se lhe é estranho é um reflexo do contato do psiquismo com um fenômeno externo que lhe cause estranhamento, e o estranho é aquilo a que o inconsciente já conhece de suas experiências primitivas e deveria estar recalcado.

Ocorre que o impulso agressivo não é o único conteúdo psíquico recalcado. Experiências como a dor e a impotência, por seu intenso desprazer, tendem a ser igualmente afastadas da consciência. A exposição à experiência traumática do outro pode evocar estes causadores de desprazer e fazer com que o sujeito buscado para acolhimento sofra junto com o agredido. O desmentido, deste modo, culmina por ser o recurso psíquico que afasta do campo de percepção os possíveis disparadores de tal desprazer, tanto da pessoa do sujeito que não almeja entrar em contato com suas dores, quanto da sociedade que não deseja que sejam expostas suas feridas sociais.

## COMPREENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DOS IMPULSOS SILENCIADORES

Até aqui, objetivei desvelar o funcionamento da agressão e do silenciamento como reflexos da constituição psíquica geral. Entretanto, há uma razão para a qual Ferenczi, acompanhado de seus discípulos e dos pesquisadores atuais de sua teoria, apresenta tais elementos como algo a ser combatido de nosso discurso. O potencial adoecedor da agressão e do desmentido, tanto isolados quanto em conjunto, é devastador. Mas, por outro lado, a depender do contexto, usar a energia agressiva é necessário, visto que a pulsão precisa de fluir de algum modo. Um bom exemplo são as lutas por causas sociais, visto que, conforme o ditado popular, «não se faz revolução com guerra de travesseiros».

O desmentir, visto também como um mecanismo de defesa do psiquismo contra o profundo desprazer, embora potencialmente destrutivo em contextos de trauma, pode assumir outro *status* quando se pensa em seu caráter ativo, de «afirmar que não aconteceu nada» (Ferenczi, 1930/2011c, p. 91), quando pensamos no combate a *fake-news* disfarçadas como liberdade de expressão, a discursos xenofóbicos, ou mesmo na autopreservação em ambientes nos quais um embate seja improdutivo, pensando-se no caráter passivo.

Em consulta ao dicionário *online* Michaelis, encontram-se as seguintes definições para o termo «desmentir»:

- «1) Declarar que são falsas as afirmações de alguém; desdizer. 2) Afirmar o contrário do que se disse antes; contradizer-se, refutar. 3) Não corresponder a; destoar de, divergir de. 4) Não agir em conformidade com algo. 5) Fazer deslocar(-se) das juntas; desarticular(-se), desconjuntar(-se), luxar(-se)» (2024).

O desmentido como negação perversa da dor de quem sofre um trauma corresponde claramente à primeira definição. Trata-se da negação da realidade psíquica e material do outro. Entretanto, ao tomar-se esta como a única dimensão deste recurso psíquico, corremos um sério risco de apassivamento frente às demais situações às quais somos apresentados ao longo de todo o caminho, tanto como analistas, quanto como seres humanos e cidadãos. A escuta atenta e empática, de sentir com o outro, demanda um investimento pulsional

que dificilmente caberia como posição contínua ao longo de muito tempo.

Como a psicanálise trabalha com conceitos, por vezes pode parecer mais apropriado utilizar-se quaisquer outros termos voltados à conscientização e educação para pensar em situações de embate contra narrativas agressivas ou à questão da autopreservação. Ocorre, entretanto, que embora a compreensão de perversão em psicanálise não corresponda a um olhar moral, o desmentido enquanto «negação perversa» sutilmente assume este caráter moralizante.

O ato de desmentir como desautorizar a experiência, dizer que ela não aconteceu, ou que ela representa algo diferente do compreendido, quando perante a dor do outro, com certeza acarreta consequências catastróficas. Por outro lado, desmentir narrativas falsas é tão essencial quanto denunciar os desmentidos sociais que tais narrativas acarretam em si.

Proponho um exemplo a partir da conceituação proposta em Oliveira (2024) sobre *fake news* como um sintoma da atualidade:

«É um desdobramento da alucinação em pensamento formal e pronúncia da palavra adquirida por mimetismo, que ainda faz a manutenção do sentir-se onipotente. Do mesmo modo, algumas pessoas, no ímpeto pelo estado de satisfação onipotente, escolhem disseminar ou acreditar em textos que expressam concordância com seus desejos e anseios, independentemente de que eles estejam ou não de acordo com uma verdade apoiada no campo material. Trata-se de um estado da perversão, no qual a criança considera apenas as palavras que convergem com seu desejo, desconsiderando a existência de quaisquer outras» (p. 97).

Aqui se expõe a disseminação de *fake news* como um sintoma, que, com base na clínica ferencziana, faz a manutenção da sensação de onipotência infantil perdida (Ferenczi, 1913/2011). Em termos analíticos, tal sentimento de onipotência é passível de tocar no outro aquilo que foi há muito recalcado; entretanto, diferentemente da dor, a onipotência, assim como a agressão, é prazerosa, o que explica tanto a disseminação da desinformação em um tempo histórico onde o acesso à informação é tão amplo, como a multiplicidade de elementos

construídos socialmente para que tais disseminações sejam aceitas acima da linha do recalque.

Se o desmentido, no contexto ferencziano, diz respeito à comunicar a não existência de uma experiência de quem sofreu um trauma, e é tão devastador por ter o poder de provocar na vítima uma espécie de curto-circuito, visto que ela mesma passa a acreditar nesta não existência, mas continua a sentir os efeitos do seu choque, em um contexto como o descrito no parágrafo anterior, este mesmo recurso do desmentido não seria aplicável?

Pode se justificar esta proposição como a denúncia do desmentido praticado pelo outro, visto que, além de sintoma, as *fake news* podem ser lidas como um desmentido social frente ao conteúdo sobre o qual estão se debruçando. Entretanto, proponho outra lógica: é preciso desmentir quem desmente.

**ABSTRACT:** This work addresses the concern regarding to the advent of the theory of disavowal based on the work of Sándor Ferenczi. It is clear that, although the aggressor-disavowal duality is constantly pointed out as the cause of the problems studied through the Ferenczian lens, the acts of aggression and disavowal are supported by constitutive psychic resources. Thus, we present a construction of these two elements, not only as the cause of traumatogenesis, but as part of the psyche itself, in light of a critical perspective that denounces both social pacts that selectively authorize some types of aggression, and the everyday behavior of aggression itself. and disavow. Finally, an ethical-political expansion of the understanding of the term disavowed is proposed.

**KEYWORDS:** aggression, silencing, psychoanalysis, trauma, perversion.

## REFERÊNCIAS

- Câmara, L. (2021). *Ferenczi e a psicanálise: corpo, expressão e impressão*. EdUFSCar.
- Ferenczi, S. (2011). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 2, Obras Completas* (pp. 45–62). Martins Fontes. (Original publicado em 1913.)
- Ferenczi, S. (2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 29–42). Martins Fontes. (Original publicado em 1928.)

- Ferenczi, S. (2011c). Princípio de relaxamento e neocatarse. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 61–78). Martins Fontes. (Original publicado em 1931.)
- Ferenczi, S. (2011d). Análise de crianças com adultos. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 79–98). Martins Fontes. (Original publicado em 1931.)
- Ferenczi, S. (2011e). Confusão de língua entre os adultos e a criança. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 111–121). Martins Fontes. (Original publicado em 1933.)
- Freud, S. (2006a). Fragmento da análise de um caso de histeria. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 7* (pp. 19–118). Imago. (Original publicado em 1905.)
- Freud, S. (2006b). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 7* (pp. 124–228). Imago. (Original publicado em 1905.)
- Freud, S. (2006c). A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 11* (pp. 217–228). Imago. (Original publicado em 1910.)
- Freud, S. (2006d). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 12* (pp. 237–245). Imago. (Original publicado em 1911.)
- Freud, S. (2006e). As pulsões e suas vicissitudes. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14* (pp. 123–145). Imago. (Original publicado em 1915.)
- Freud, S. (2006f). O Estranho. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 17* (pp. 237–276). Imago. (Original publicado em 1919.)
- Freud, S. (2006g). O mal-estar na civilização. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21* (pp. 73–149). Imago. (Original publicado em 1930.)
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 34(27), 193–210. Recuperado em 18 de fevereiro de 2024, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt).
- Kupermann, D. (2019). *Por que Ferenczi?* Zagodoni.

Kupermann, D. (2020). Os três negacionismos. *O Globo*, Opinião, 21/07/2020.

Michaelis (2024). Desmentir. *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desmentir/>

Oliveira, M. (2024). *Sándor Ferenczi, precursor da psicossomática*. Zagodoni.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Zahar.